



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

6337

Presidente da Mesa Diretora: Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Denominação de vias públicas, centros comunitários e de convívio, alas oftalmológicas, salas, etc

Autoria: Ademar de Barros Bicalho

Data: 04/09/2007

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 254/2007. Denomina a “Passagem Molhada Justino Alves Ferreira”, localizada sobre o Córrego do Riachinho, na Comunidade Rural de Riachinho II. (Referente à Lei nº 3.867, de 14/12/2007).

Controle Interno – Caixa: 8.8

Posição: 09

Número de folhas: 08

Especie: PL
Categoria: denomina
Nº: 8.8
Ordem: 09
Nº fls: 06



162/2007

11.12.2007

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 254 /2007

AUTOR:

Ver. Ademar de Barros Bicalho

ASSUNTO:

Denomina Passagem Molhada Justino Alves Ferreira.

MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 04/09/2007
- 2 - Comissão Legislação e Justiça e Vias e Logradouros Públicos
- 3 - APROVADO EM SUI CA EM 11.12.2007
- 4 - _____
- 5 - _____
- 6 - _____
- 7 - _____
- 8 - _____
- 9 - _____
- 10 - _____

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG)

Gabinete do Vereador Ademir Bicalho

e-mail: ademarbialho@yahoo.com.br

Av. Dr. João Luiz de Almeida, 40 - Gab. 04 - Centro - / CEP: 39.400-466 - Telefax 38 36905404

Projeto de Lei nº **254** /07.

Denomina-se Passagem Molhada.

A Câmara Municipal de Montes Claros/MG, aprova e eu, Prefeito Municipal, em seu nome sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se oficialmente PASSAGEM MOLHADA JUSTINO ALVES FERREIRA, a passagem molhada sobre o córrego do Riachinho sem denominação oficial, localizada na Comunidade Rural de Riachinho II.

Art. 2 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3 - Revogam-se as disposições em contrário.


Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 28 de agosto de 2007.

ADEMAR BICALHO
VEREADOR

PROTOCOLLO
☐ EXP. ☒ RECEB.
 03/04/2007
 HO: 11:55
 ASS:

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 04 DE SETEMBRO DE 2007

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE VIAS E LOGICA
DE TRANSPORTES PÚBLICOS
EM 04 DE SETEMBRO DE 2007

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
UNICA
EM 11 DE DEZEMBRO DE 2007

PRESIDENTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
Secretaria de Planejamento e Coordenação Estratégica



MONTES CLAROS, 27 DE AGOSTO DE 2007.

OF.: GS/628/07

Ao Ilmo
Sr. Ademair Bicalho
Vereador da Câmara Municipal de Montes Claros
Nesta.

Prezado Senhor,

Em resposta ao ofício nº0040/2007 do dia 24/08/07, vimos informar a Vossa Senhoria que não existem registros topográficos das Comunidades Rurais junto ao Cadastro Técnico Imobiliário para descrição de "Passagens Molhadas".

Ressaltamos, ainda, que não existe via ou logradouro público com a denominação oficial "Rua Justino Alves Ferreira", até a presente data.

Atenciosamente,



Antônio Dimas Cardoso

Secretário de Planejamento e Coordenação Estratégica

TERMO DE RESPONSABILIDADE
- Via ou Logradouro público sem moradores -

Declaro, nos termos do art. 159, § 4º, alíneas b,c, inc. I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Montes Claros, que assumo a responsabilidade pelas informações referentes ao Projeto de Lei nº _____ que **Denomina PASSAGEM MOLHADA JUSTINO ALVES FERREIRA, a passagem molhada sobre o Rio Riachinho na Comunidade Rural de Riachinho II**, de minha autoria, Declaro ainda, que neste logradouro Público não existem moradores, não podendo, portanto, apresentar o abaixo-assinado.

Montes Claros, 03 de setembro de 2007.



Ademair de Barros Bicalho
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 255/2007 QUE “Denomina Passagem Molhada Justino Alves Ferreira”, de autoria do Vereador Ademar de Barros Bicalho.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto, bem como à sua legalidade, sendo que a documentação prevista no artigo 159 e parágrafos, atinentes ao caso, do Regimento Interno foi juntada.

Merece destaque o fato de que ao informar que não existe cadastro das comunidades rurais, conclui-se pela inexistência de denominação oficial.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto de lei é legal, constitucional e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 06 de setembro de 2007.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG
SALA DAS COMISSÕES
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 254/2007

AUTOR: Ademar de Barros Bicalho

MATÉRIA: Denomina Passagem Molhada Justino Alves Ferreira

I- RELATÓRIO

O referido Projeto de autoria do Vereador Ademar de Barros “Denomina Passagem Molhada **Justino Alves Ferreira** localizada sobre o Córrego Riachinho, na Comunidade Rural de Riachinho II.

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 04/09/2007, com entrada na Sala das Comissões no dia 14/09/2007.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – CONCLUSÃO

A Comissão considera o projeto legal e constitucional, conforme parecer jurídico.

Sala das Comissões, 21 de setembro de 2007.

Ver. Sebastião Ildeu Maia – Presidente:

Heráclides Gonçalves Filho _ Relator:

Ver. Athos Mameluque Mota – Suplente:



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

SALA DAS COMISSÕES COMISSÃO DE DENOMINAÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 254/2007

AUTOR: Ademar de Barros Bicalho

MATÉRIA: Denomina Passagem Molhada Justino Alves Ferreira

I- RELATÓRIO

O referido Projeto de autoria do Vereador Ademar de Barros “Denomina Passagem Molhada **Justino Alves Ferreira** localizada sobre o Córrego Riachinho, na Comunidade Rural de Riachinho II.

A proposição foi distribuída à Comissão de Denominação de Vias e Logradouros Públicos em 04/09/2007, com entrada na Sala das Comissões no dia 14/09/2007.


Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, Arts. 67 e 71, manifestar-se sobre matéria a ela submetida.

A Comissão de Legislação e Justiça emitiu parecer de legal e constitucional.

II – CONCLUSÃO

Desta forma, essa Comissão é favorável à votação do referido Projeto de Lei pelo plenário.

Sala das Comissões, 21 de setembro de 2007.

Presidente - Ver.Raimundo Pereira da Silva : 

Vice-Presidente - Ver.Rosemberg dos Anjos Medeiros: _____

Relator - Ver. Sebastião Ildeu Maia : 